

A Imprensa Escrita e a Mediatização das Políticas Educativas

ANA PINA

a.pina@esfmp.pt

Professora do Ensino Secundário. Doutoranda em Ciências da Educação,
área de especialização em Administração Educacional (FPCE-UL)

RESUMO:

Tomando como cenário as transformações do papel do estado no que respeita à definição das políticas públicas, particularmente no domínio da educação, o presente estudo procura interrogar as relações entre um dos meios de comunicação de massa — a imprensa escrita — e a construção das políticas educativas. A partir da análise crítica do discurso jornalístico impresso em três jornais diários de tiragem nacional pretende-se questionar *quem* são as vozes mais relevantes autorizadas a exprimir-se e *como* esse discurso concorre para a construção das visões dominantes sobre a educação e influencia a aceitação e/ou rejeição pública de políticas nesse domínio, contribuindo para a regulação do sistema de educativo, no quadro da reconfiguração da esfera pública.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas Públicas de Educação, Mediatização, Regulação, Discurso.

DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

A investigação que se propõe levar a efeito centra-se nas relações entre a imprensa escrita e as políticas públicas relativas à educação, em particular no que se refere ao ensino não superior. O interesse pelos *media* decorre da ideia de que os mesmos possuem “a capacidade para definir o mundo numa forma particular, construindo um consenso à volta da sua definição” (Bannister *et al.*; 1980, Nannister, 1981; Foley, 1981, citados por Lingard & Rawolle, 2004, p. 362), particularmente num universo em que as fronteiras entre o conhecimento científico e o conhecimento comum são tão porosas. Assim, analisar o modo como a imprensa escrita influencia a construção de políticas públicas é contribuir para desvelar o papel crescente dos meios de comunicação na produção do conhecimento comum sobre a educação, designadamente na cimentação da ideia relativa à designada “crise da escola”.

Esta influência é tanto mais significativa quanto o campo a educação “surge (...) como tão familiar à maioria dos actores que a distinção entre expert/profano, central em qualquer tentativa de autonomização profissional e científica (Hughes, 1984) não é fácil de estabelecer” (van Zanten, 2005, p. 5). Dito de outro modo, do ponto de vista da sociedade em geral, todos os assuntos relativos à escola parecem revestir-se dum carácter muito familiar, legitimando qualquer actor social a participar no debate público sobre educação. Nesse debate, a mediatização dos jornais ocupa um espaço decisivo na edificação

de referenciais, entendidos como “um esquema de inteligibilidade construído como ponto de referência, a partir de uma análise da situação”(Ardoino, 1996, p. 14).

O CENÁRIO: A RECONFIGURAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO, A GOVERNANÇA E A SOCIEDADE INFORMACIONAL

Os meios de comunicação em geral constituem campos de mediatização e de regulação das políticas educativas, no quadro geral em que se assiste a uma reconfiguração do papel do Estado, na sequência da combinação de várias transformações recentes. São elas, segundo Fuente (2002, p. 4): a intensificação da sectorialização e a diferenciação de políticas e de administrações; a intervenção de um número crescente de actores nas distintas fases do processo das políticas públicas; a extensão do campo das políticas públicas; a descentralização e fragmentação do Estado; o esfumar das fronteiras entre o “público” e o “privado”; a multiplicação da intervenção privada em áreas tradicionalmente públicas; a transnacionalização da política nacional e a interdependência e complexidade crescente das questões políticas sociais.

Neste cenário, importa realçar o conceito de “governança”, para explicar o fim do monopólio do Estado na gestão e legitimação da “coisa” pública. O conceito de “governança”, concebido como um “novo estilo de governo — distinto do modelo de controlo hierárquico e do modelo de mercado, e

caracterizado por um maior grau de interacção e de cooperação entre o Estado e os actores não estatais, no interior de redes decisionais mistas entre o público e o privado” — serve como instrumento analítico de abordagem às mutações do Estado relacionadas com a sua perda de monopólio sobre os conhecimentos e sobre os recursos económicos e institucionais para governar (Natera, 2004, p. 6).

Outro factor central no enquadramento da investigação sobre as políticas públicas é a alteração do papel do Estado nessa área, que prossegue no sentido duma descentralização que se justifica com base em argumentos essencialmente políticos, a saber: a recuperação de legitimidade social, por um lado; a agilização do conflito, por outro (Pereyra, 1996). Neste contexto específico, o Estado português tem vindo a transformar o seu papel, recorrendo ao slogan da “autonomia escolar” para relançar-se, recuperando o fôlego duma tradição secular centralista, que no panorama actual não encontra eco social. É neste quadro que se vão traçando os novos contornos estatais em matéria de políticas públicas e se reconhece progressivamente a emergência dum “estado regulador” (Barroso, 2003).

Por outra via, essa reconfiguração do papel do Estado está igualmente ligada a uma revolução tecnológica, associada particularmente à explosão das tecnologias de informação e comunicação. Na realidade, o “boom” tecnológico favoreceu a multiplicação e modificação das fontes de acesso ao conhecimento e a própria produção do mesmo, colocando-o no âmago dos discursos e práticas de legitimação das políticas e da acção pública.

A PROBLEMÁTICA — OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO ESPAÇOS DE MEDIAÇÃO E MEDIATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS E COMO “NÓS DE REDE” DO SISTEMA DE REGULAÇÕES

O estudo parte de um conjunto de pressupostos e recorre a conceitos específicos que importa esclarecer pois são eles que configuram a problemática e situam o campo de questionamento. Neste momento da investigação, tomam-se como conceitos centrais, isto é, como aqueles que constituem as ferramentas operatórias para a pesquisa, os seguintes: Regulação, Referencial, Mediação, Mediatização e Discurso.

O conceito de *Regulação* é entendido como:

os modos de ajustamento permanentes de uma pluralidade de acções e seus efeitos que permitem assegurar o equilíbrio dinâmico de sistemas instáveis, decorrente do facto de que as regras não podem prever tudo e por isso devem ser interpretadas, postas em causa (numa adaptação perpétua das situações e dos objectivos) (Bauby, 2002, citado por Barroso, 2005, p. 66).

E, no âmbito da aplicação deste conceito ao sistema educativo, subscreve-se a tese de que este é um “sistema de regulações”, sendo por isso importante valorizar:

o papel fundamental das instâncias (...) de mediação, tradução, passagem de fluxos reguladores, uma vez que é aí que se faz a síntese ou se superam os conflitos entre as várias regulações existentes. Estas instâncias funcionam como “nós de rede” de diferentes reguladores e a sua intervenção é decisiva para a configuração da estrutura e dinâmica dos sistemas de regulação e seus resultados (Barroso, 2005, p. 85).

O conceito de *Referencial* é entendido como “o conjunto de normas ou imagens de referência em função dos quais são definidos os critérios de intervenção do Estado bem como os objectivos da política em questão” (Muller, 1991, citado por Pollet, 1995, p. 44).

O referencial articula quatro níveis de percepção do mundo que se interrelacionam, apesar de merecerem ser distinguidos. São eles: os *valores*, que reúnem as representações mais profundas sobre o “bem” e o “mal”, definindo um quadro global da acção pública; as *normas*, que traçam o desvio entre o real percebido e o real sonhado, definindo mais princípios de acção do que valores; os *algoritmos*, relações causais que expressam uma teoria da acção; e, finalmente, as *imagens*, vectores explícitos de valores, de normas e mesmo de algoritmos, produzindo sentido (Muller, 1995).

O autor citado refere-se também às possibilidades deste conceito para combinar duas dimensões fundamentais na análise das políticas públicas:

A dimensão intelectual, isto é, o processo de construção de uma visão do mundo que vai determinar a percepção dos actores que intervêm nos sistemas de decisão; a dimensão do poder, ou seja, o processo pelo qual vai instaurar uma nova hierarquia entre os actores, havendo um grupo em presença que imprime a sua liderança no sistema e o um lugar central no processo político (Muller, 1995, p. 70).

O conceito de *Mediação* é perspectivado tal como o define Hall (1993, citado por Pollet, 1995, p. 6) quando comenta:

Cada ideia não ocorre, no pensamento social, uma a uma, de uma forma isolada. Elas estabelecem ligações com outras. Definem um espaço discursivo de sentido que nos providencia perspectivas sobre o mundo, com orientações particulares ou quadros de interpretação sem os quais não pensamos.

Pierre Muller (1995) define a mediação (como processo) ao redor de dois binómios: a dimensão cognitiva/dimensão normativa; e o campo intelectual/o campo do poder. Em relação ao primeiro binómio, diz o autor que, enquanto processo de produção de sentido, a constituição de um novo referencial é simultaneamente um processo de produção de conhecimento e de produção de normas, sendo o papel dos mediadores um papel que combina duas operações centrais: descodificar o mundo, tornando-o inteligível, para lhe dar sentido, por um lado; e, por outro, recodificando o mundo, definindo objectivos e acções destinadas a acelerar a transformação do mundo. Quanto ao segundo binómio, destaca a íntima relação entre a produção de sentido e a estruturação do campo de forças e sublinha que num processo de mediação estamos sempre em presença de um fenómeno de construção de interesses de vários grupos sociais.

O conceito de *Mediatização*, usado no sentido que lhe confere Fairclough (2001), sublinha a forma como as considerações dos *media* afectam actualmente muitos processos e textos políticos, acentuando o papel activo que os mesmos desenvolvem no espaço intermediário que ocupam, entre a esfera da decisão política e a sociedade em geral.

O potencial heurístico deste conceito reside na sua capacidade para definir o papel dos meios de

comunicação numa sociedade em mudança. Segundo Shultz (2004, p. 98), pode considerar-se que existem quatro processos de mudança que estão ligados a diferentes aspectos de mediatização:

Em primeiro lugar, os media alargam os limites naturais da capacidade de comunicação humana; em segundo, os media substituem actividades sociais e instituições sociais; em terceiro, na vida social, os media amalgamam-se com várias actividades não mediáticas; e quarto, os actores e as organizações de todos os sectores da sociedade acomodam-se à lógica dos media.

Por fim, importa precisar o recurso ao conceito de *Discurso*. Os discursos são formas de acção e interacção social, situados em contextos sociais nos quais os participantes não são apenas os falantes/escritores, ouvintes/leitores mas também actores sociais que são membros de grupos e culturas (Moya, 2002). O discurso e as suas dimensões mentais (como os seus significados) estão inseridos em situações e estruturas sociais. Por seu turno, as representações sociais, as relações sociais e as estruturas sociais frequentemente constituem-se, constroem-se, validam-se, normalizam-se, avaliam e legitimam, no e pelo texto e pela fala (van Dijk, 1999).

Do ponto de vista que se perfilha, associada à análise crítica do discurso, existe uma relação dialéctica entre o discurso e a estrutura social. O discurso é reflexo de uma realidade mais profunda e simultaneamente é representado, de forma idealizada, como fonte social. A constituição discursiva de uma sociedade resulta de uma prática social que está arreigada em estruturas sociais concretas e é orientada para elas.

Igualmente se partilha o ponto de vista segundo o qual o discurso é tanto um modo de acção como um modo de representação e se subscreve a noção de discurso como prática política e ideológica, conforme notado por Norman Fairclough:

Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades colectivas em que estas existem. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e igualmente altera os significados do mundo nas mais

distintas posições das relações de poder (cit. por Pedrosa, s/d, p. 3).

Explicados sumariamente os conceitos centrais, este é o momento de os pôr em acção, interrogando a realidade a partir deles. E, seguindo a mesma lógica discursiva, é a ocasião de esquematizar os *cinco pressupostos* que orientam a investigação.

(1) Os meios de comunicação são espaços de mediação e mediatização das políticas educativas

Na verdade, como refere Sousa (1999, p. 4):

Os meios noticiosos conferem notoriedade pública a determinadas ocorrências, ideias e temáticas, que representam discursivamente, democratizando o acesso às (representações das) mesmas e tornando habitual (ritual?) o seu consumo (...) Contribuem ainda para dotar essas ocorrências, ideias e temáticas de significação (...) embora a outorgação última de sentido dependa do consumidor das mensagens mediáticas e das várias mediações sociais (...)

Tendo em conta a afirmação, reforça-se a centralidade do conceito de mediatização, uma vez que ele permite sublinhar a influência que todas estas opções formais e de conteúdo, tomadas pelos meios noticiosos, afectam actualmente muitos processos e discursos políticos, destacando o papel activo que os mesmos desenvolvem no espaço intermediário que ocupam, entre a esfera de decisão e a sociedade em geral. Este conceito é particularmente rico pois sublinha a participação dos meios de comunicação nos próprios processos políticos.

(2) Os meios de comunicação parecem contribuir para a construção de referenciais sobre a educação, facilitando ou dificultando a aceitação das políticas educativas, constituindo-se como “nós de rede” no quadro do sistema de regulações que caracteriza o sistema educativo.

Ao interrogar o papel dos *media* na elaboração de referenciais sobre a educação, integra-se a pesquisa num domínio mais vasto — o das relações entre as políticas públicas e o campo de mediação e mediatização da acção pública — legitimando-se e justificando-se o questionamento do processo de interpenetração de sectores, em resultado da emer-

gência de um número crescente de actores intervenientes na produção e implantação dessas políticas.

Relativamente às notícias impressas perfilha-se a ideia de que as mesmas, tal como outros tipos de textos jornalísticos contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referenciais sobre a educação (Sousa, 1999). Assim, indaga-se o modo como as notícias e outro tipo de discursos jornalísticos demonstram alguma forma de teorização da relação entre o poder político e a sociedade civil e estruturam parcialmente o processo e os resultados.

Quando se mobiliza o conceito de referencial, este é, pois, perspectivado no quadro de duas dimensões — uma intelectual e outra de poder. Entende-se, então, que a construção de referenciais envolve, por um lado, a afirmação de uma visão do mundo estruturante para os actores sociais envolvidos nos processos de decisão (políticos e cidadãos); por outro, instaura uma hierarquia entre actores.

Desta forma, parte-se da hipótese de que os meios de comunicação em geral, e a imprensa escrita neste caso específico, são espaços de excelência nesse processo de edificação de referenciais, pelo papel de mediação e mediatização que desempenham: por um lado, cumprem uma função cognitiva, ao darem sentido ao mundo, descodificando-o e recodificando-o; por outro, eles revelam, e ao mesmo tempo estruturam, campos de força que hierarquizam quem se encontra em melhor posição para “falar”.

Contudo, é de ressaltar que justamente por se situarem em rede, interpenetrando-se com outros campos, este papel dos meios de comunicação na produção desses referenciais não é absoluto nem determinista, não devendo ser classificado como uma condição *a priori* da sua acção. Ou seja, este processo de produção de referenciais é interactivo e dinâmico, limitado pela relativa autonomia e racionalidade dos actores sociais, sejam eles os intérpretes políticos ou os chamados cidadãos comuns.

(3) O discurso, e neste caso específico, o discurso jornalístico enquanto prática social — que se estrutura e estrutura socialmente — ocupa um lugar de relevo no desvelamento das relações entre a imprensa escrita e o poder, quer no que respeita às contaminações das agendas política e mediática, quer no

que se refere à sua capacidade para construir modos de leitura da realidade educativa, que favorecem ou inibem processos políticos, por se inscreverem como crenças e valores dominantes na esfera pública.

Na realidade, como referem Mazzoneli e Shulz (1999), numa democracia na qual, ao contrário da vivida na *polis* grega, a participação é mediatizada (democracia representativa), os *media* ocupam um lugar crucial enquanto construtores da esfera pública da informação e da opinião, controlando os termos das trocas entre actores. Quando se situa a investigação na imprensa escrita como co-produtora de mapas de inteligibilidade do mundo, modelando representações sociais sobre o mesmo, é, portanto, o discurso produzido pela mesma que anima o interesse da pesquisa. Esse discurso reporta-se a um contexto, físico e cognitivo, possuindo também um carácter dialógico (Moirand, 2004). Desta maneira, problematizar o lugar do discurso da imprensa escrita na produção de referenciais sobre a educação implica situá-lo em redes discursivas.

(4) A imprensa escrita é um espaço privilegiado para analisar processos de circulação de saberes e desvelar a porosidade entre fronteiras e a hibridação entre os conhecimentos científicos e os saberes comuns

A multiplicação e transformações das fontes de acesso ao conhecimento, a própria produção do mesmo, e a sua colocação no centro dos discursos e práticas de legitimação das políticas e da acção pública, exigem que se tome igualmente em conta o conhecimento específico produzido pelos discursos jornalísticos.

Deste modo, é importante colocar novas perguntas, articuladas com o tipo de conhecimento que é desenhado por e nesses discursos jornalísticos e como esse processo se desenrola, o que significa desvelar os actores autorizados a exprimir-se e reflectir sobre os processos de “interdiscursividade” e “intertextualidade” presentes nos textos.

Como aponta Méon (2004), o estudo dos processos específicos de circulação de saberes que ocorrem na esfera pública permite revelar uma forte porosidade entre fronteiras e uma hibridação entre os “saberes científicos” e os “saberes comuns”, sendo o espaço mediático um espaço privilegiado para analisar esses procedimentos.

(5) A análise crítica do discurso é uma metodologia adequada para estudar as relações entre os meios de comunicação e as políticas públicas, privilegiando o enfoque na ligação entre linguagem e poder

A análise crítica do discurso propõe-se estudar a linguagem como prática social e, nesse quadro, considera central o papel do contexto. Este tipo de análise interessa-se pela relação existente entre a linguagem e o poder, podendo dizer-se que esta área se ocupa, fundamentalmente, do estudo das relações de dominação, discriminação, poder e controlo presentes na linguagem. Ou seja, a análise crítica do discurso defende que a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder institucionalmente estabelecidas (Wodak & Meyer, 2003). Contudo, a análise crítica do discurso evita

o postulado de uma simples relação determinista entre os textos e o social. Tendo em conta a ideia de que o discurso se estrutura por dominação e de que todo o discurso é um objecto historicamente construído e interpretado (...) e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos poderosos, o complexo enforque que os defensores da ACD defendem permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que surgem como convenções sociais (Wodak & Meyer, 2003, pp. 19-20).

Como refere van Dijk (1999), a análise crítica é sobretudo uma tentativa de oferecer um modo ou uma perspectiva distinta de teorização, análise e aplicação através deste campo de investigação e pode ser entendida como uma reacção contra os paradigmas formais (acríticos) dominantes nos anos 1960 e 1970. Fairclough (cit. por Wodak & Meyer, 2003, p. 185) define-a como

Uma forma de ciência crítica que foi concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em resultado de formas particulares de vida e destinada, igualmente, a dotar essas pessoas de recursos que lhes permitam abordar e superar esses problemas.

Esta ideia é central para os analistas críticos do discurso, uma vez que, independentemente da for-

mação original e das particularidades de cada investigador, todos perfilham a importância da aplicação social dos resultados a que chegam¹.

Os conceitos e os pressupostos que se acabaram de enunciar configuram, pois, a problemática desta investigação. Esta associa fundamentalmente duas dimensões interrogativas, interdependentes, que convergem para *duas grandes questões*:

Quem participa na mediação e mediatização, co-construindo referenciais sobre a educação que concorrem para a regulação do sistema educativo?

Como é que os processos discursivos se desenrolam e permitem definir este espaço como um espaço por excelência de contaminação de campos e circulação de saberes e fazeres, nós de rede com um papel fundamental na produção das políticas públicas?

Essas duas dimensões materializam-se no estudo dos actores e das estratégias e processos discursivos presentes na imprensa escrita. Assim, no quadro do que foi referenciado, propõe-se realizar uma investigação qualitativa, baseada na análise crítica do discurso jornalístico produzido pela imprensa escrita sobre matéria educativa, no domínio do ensino não superior. Nesse contexto, procura-se analisar o lugar da imprensa no interior da temática mais vasta do *Conhecimento, Políticas Educativas e Acção Pública* e defender a tese de que a imprensa escrita, tal como outros *media*, constitui um espaço

de mediação, mediatização e regulação das políticas sobre educação, co-construindo os seus referenciais sociais.

A escolha dos jornais que permitirão construir a base de dados recai sobre *O Público*, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*. Esta selecção seguiu três critérios: (a) a elevada tiragem; (b) a abrangência geográfica (nacional); e (c) a composição social dos consumidores (classe média e média alta).

Analisar o modo como os *media* co-construem as políticas públicas em matéria de educação, mediatizando-as, é o objectivo de partida deste estudo. Deste objectivo geral decorrem, desde já, um conjunto de objectivos específicos iniciais que configuram o modo de olhar para o campo de estudo e dos quais parte toda a investigação. São eles: (1) analisar as contaminações entre campos de conhecimento, suas justificações e lógicas de acção; (2) analisar o tratamento dado à informação; (3) analisar como os textos jornalísticos co-concorrem na construção da referenciais sobre a educação em geral e políticas concretas em particular; (4) analisar a relação entre a agenda política e a agenda jornalística.

Assim, e como já foi referido, centrar-se-á a investigação na análise dos discursos jornalísticos, interrogando *quem e como* participa nesse processo de mediatização e regulação. Deste modo, e dito de forma simples, pretende-se analisar o *que* é “dito”, e *porquê?* *Quem* “diz”, *como* é “dito”, *quando* é “dito”, *porque* é “dito”? *Onde* é “dito”? *O que não* é “dito” e *porquê?*

1. A análise crítica do discurso enfatiza também a necessidade de um trabalho interdisciplinar. Fairclough e Chiapello (2002, p. 186) vão mais longe, e referem-se a trabalho transdisciplinar pois, segundo estes autores uma abordagem deste género “questiona como o diálogo entre duas disciplinas ou quadros teóricos pode ir no sentido do desenvolvimento de ambas num processo em que cada uma se apropria internamente da lógica da outra como um recurso para o seu próprio desenvolvimento”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ardoino, J. (1996). Prefácio. In G. FIGARI, *Avaliar: que referencial?* Porto: Porto editora, pp. 13-22.
- BARROSO J. (org.) (2003). *A Escola Pública. Regulação. Desregulação. Privatização*. Lisboa: Asa.
- BARROSO, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. & CHIAPELLO, E. (2002). Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse and Society*, 13, 2, pp. 185-208.
- FAURE, A.; POLLET, G. & WARIN, P. (orgs.) (1995). *La construction du Sens dans les Politiques Publiques*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- FUENTE, J. (2002). La gobernanza como forma de acción pública y como concepto analítico. VII *Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Lisboa, Portugal, 8-11 de Outubro.
- LINGARD, B. & RAWOLLE, S. (2004). Mediatizing educational policy: the journalistic field, science policy, and cross-field effects. *Journal of Educational Policy*, 19, 3 (Maio), pp. 361-380.
- MAZZOLENI, G. & SHULTZ, W. (1999). Mediatization of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16, pp. 247-261.
- MÉON, J-M. (2004). Le débat publique sur les effets des médias : hybridation des processus de circulation des savoirs et porosité aux logiques extra-scientifiques. *Colloque Sciences, Médias et Société*, Lyon, 15-17 Jun. Consultado em Março de 2006 em http://sciences-medias.ens-lsh.fr/article.php3?id_article=73
- MOIRAND, S. (2004). De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques : où en est l'analyse du discours? *Colloque Sciences, Médias et Société*, Lyon, 15-17 de Junho. Consultado em Março de 2006 em http://sciences-medias.ens-lsh.fr/article.php3?id_article=59
- MOYA, O. (2002). *Voces Dominantes y voces disidentes: análisis crítico del discurso periodístico almeriense del siglo XIX*. Consultado em Setembro de 2006 em http://_www.tonosdigital.com
- MULLER, P. (1995). Les politiques publiques comme construction d'un rapport au monde. In A. FAURE; G. POLLET & P. WARIN (orgs.), *La construction du Sens dans les Politiques Publiques*. Paris : Éditions Harmattan, pp. 153-178.
- NATERA, A. (2004). La noción de gobernanza como gestión pública participativa e reticular In Documentos de Trabajo — Política y Gestión, Universidad Carlos III de Madrid. Consultado em Fevereiro de 2004 em http://www.uc3m.es/uc3m/dpto/CPS/CPS_public.html
- PEDROSA, C. E. (s/d). *Análise crítica do discurso. Uma proposta para a análise da linguagem*. Consultado em Agosto de 2006 em <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>
- PEREYRA, M. (1996). *Globalización y descentralización de los sistemas educativos*. Barcelona: ed. Pomares – Cooredor.
- POLLET, G. (1995). Analyse des politiques publiques et perspectives théoriques. In A. FAURE; G. POLLET & P. WARIN (orgs.), *La construction du Sens dans les Politiques Publiques, Débats autour de la notion de référentiel*. Paris: Éditions Harmattan, pp. 25-47.
- SHULTZ, W. (2004). Reconstructing mediatization as an analytical concept. *European Journal of Communication*, 19, 1, pp. 87-101.
- SOUSA, J. (1999). *As notícias e os seus efeitos. As “Teorias” do Jornalismo e dos seus efeitos sociais dos media jornalísticos*. Consultado em Dezembro de 2005 em www.bocc.ubi.pt

VAN DIJK, T. A. (1999). El análisis crítico del discurso. *Anthropos*, 186 (Set-Out), pp.22-36.

VAN ZANTEN, A. (2005). Le rôle de la connaissance dans la régulation du système éducatif en France : de la production à la réception. *Educations et formations*, DEP, pp. 1-31.

WODAK, R. & MEYER, M. (2003). Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con ACD. In R. WODAK & M. MEYER (orgs.), *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, pp. 17-50.

